

A IMIGRAÇÃO COMO UMA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL: É POSSÍVEL? O CASO DA IMIGRAÇÃO ESPANHOLA PARA A OCUPAÇÃO DA FRONTEIRA SUL DO BRASIL

IMMIGRATION AS A NATIONAL DEFENCE POLICY: IS IT POSSIBLE? THE CASE OF THE SPANISH
IMMIGRATION TO THE OCCUPATION OF BRAZILIAN SOUTHERN BORDERLAND

Roberto Rodolfo Georg Uebel

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Doutorando em Estudos Estratégicos Internacionais
Laboratório Estado e Território - LABETER
roberto.uebel@ufrgs.br

Rita Inês Paetzhold Pauli

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas,
Departamento de Ciências Econômicas
rita.pauli@gmail.com

RESUMO

O processo colonial do Brasil trouxe muitas questões sobre a ocupação do seu espaço territorial por colonos e imigrantes, como uma forma de apropriação das territorialidades fronteiriças do país visando à conservação e defesa do jovem Estado. Todavia, o povoamento específico do estado do Rio Grande do Sul por imigrantes europeus observou um caráter não só econômico, mas também estratégico, de defesa das fronteiras. Nesse sentido, o presente trabalho aborda o caso da imigração espanhola para a fronteira sul do Brasil com o Uruguai e Argentina e também, por meio do Acordo de Migração entre Brasil e Espanha, as especificidades e pontualidades que essa distinta imigração trouxe à luz de uma possível e subjetiva política de defesa nacional, em prol do estabelecimento e consolidação das fronteiras brasileiras no território do Rio Grande do Sul. Este estudo é resultado de pesquisas documentais e de revisão de literatura acerca da imigração espanhola e seus aportes econômicos, sociolaborais e territoriais no Rio Grande do Sul durante o século XX, que dentre suas potencialidades verificou a possibilidade político-militar de defesa nacional por meio de um acordo de migração, fato inédito até então na historiografia do país.

Palavras-chave: Imigração, Espanhóis, Brasil. Fronteira, Defesa.

ABSTRACT

The colonization process of Brazil brought many questions about the occupation of its territorial space by settlers and immigrants as a way of appropriation of the border territorialities of the country aiming at the conservation and protection of the young State. However, the specific settlement of the state of Rio Grande do Sul by European immigrants noticed not only an economic, but also a strategic, of borderlands defence features. In this sense, the present work deals with the case of Spanish immigration to the southern border of Brazil with Uruguay and Argentina and also, through the Migration Agreement between Brazil and Spain, the specificities of this distinct immigration that brought to light a possible and subjective policy of national defence, towards the establishment and consolidation of Brazilian borders on the territory of Rio Grande do Sul. This study is result of documentary and literature review researches about the Spanish immigration and its economic, socio-occupational and territorial contributions in Rio Grande do Sul during the twentieth century, which, among its potentialities verified the political and military possibility of national defence through an immigration agreement, an unprecedented fact until then in the country's historiography.

Keywords: Immigration, Spaniards, Brazil, Border, Defence.

1 - Introdução

Dentre as especificidades históricas e geográficas trazidas à luz nos últimos dois séculos, está a imigração, ou também as consideradas correntes imigratórias, ou processos imigratórios, tendo seus sentidos de interpretação variados conforme as distintas correntes do pensamento, mas que podem ser sintetizados na definição dada por Brunet, Ferras e Théry (2012):

“Movimento de indivíduos (imigrantes) contabilizados quando do ingresso em um lugar, em um país. Na realidade, o termo se aplica a estrangeiros que permanecem por um longo tempo em um país que não é seu – eventualmente à demanda do próprio país. No seu país de origem eles são considerados como emigrantes. A imigração teve um papel muito importante no povoamento realizado pelos europeus nas terras conquistadas d’além-mar, como na América, na África, na Austrália, sobretudo na virada do século XIX para o XX, quando coexistiam a atratividade dos novos países e a repulsa nos seus países de origem (devido a múltiplas causas). Os traços na literatura e no cinema são inúmeros.” (BRUNET; FERRAS; THÉRY, 2012, p. 271, tradução dos autores).¹

É importante ter essa definição de imigração dada por estes geógrafos franceses durante a leitura deste artigo, para que se possa correlacionar o sentido final da imigração com suas ações ante o território, a política e a defesa nacional. Ressalta-se a asserção realizada por Brunet, Ferras e Théry (2012) quando dizem que a imigração fora importante para o povoamento realizado por europeus nas terras conquistadas, em especial na América, nos séculos XIX e XX, período este que inclui o quartel em que as políticas de defesa aprimoraram-se e consolidaram-se devido aos efeitos de duas Guerras Mundiais e distintos outros conflitos supranacionais em todo o globo terrestre. Associa-se esse desenvolvimento mútuo dos processos imigratórios com a defesa nacional por parte do Estado, conforme Pieranti, Cardoso e Silva:

Desde a assinatura do Tratado de Westfália de 1648, o Estado possui atribuições exclusivas como o monopólio do uso da força e o estabelecimento e manutenção da ordem e paz social. [...] O Estado brasileiro ainda começava a ser marcado pelo ideário desenvolvimentista, quando a temática da segurança nacional já era discutida com mais intensidade dentro das unidades militares. A primeira edição do livro Planejamento estratégico foi lançada em 1958, quando a Biblioteca do Exército decidiu reunir as conferências apresentadas pelo então coronel Golbery do Couto e Silva nos cursos da Escola Superior de Guerra (ESG) desde 1952. (PIERANTI; CARDOSO; SILVA; 2007, p. 31).

¹ “Mouvement d’individus (immigrants) comptabilisés à l’entrée d’un lieu, d’un pays. En réalité, le terme s’applique aux étrangers entrant pour une longue durée dans un pays qui n’est pas le leur – éventuellement à la demande du pays lui-même. Dans le leur, ils sont considérés comme émigrants. L’immigration a joué un rôle très important dans le peuplement par les Européens des terres conquises outre-mer, comme l’Amérique, l’Afrique, l’Australie, surtout à la charnière des XIXe et XXe siècles quand fonctionnèrent à la fois un attrait pour les pays neufs et une exclusion (due à des causes multiples) dans le pays d’origine. Les traces dans la littérature et le cinéma sont innombrables.”(BRUNET; FERRAS; THÉRY, 2012, p. 271).

Com essa periodização e inserção dos estudos de segurança nacional no Brasil, chega-se aos decênios de 1950 e 1960, décadas que coincidem com o *Acordo de Migração entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo do Estado Espanhol*, decretado no ano de 1964 e vigente durante os primeiros anos dos governos militares, possibilitando assim o questionamento hipotético de uma imigração destinada à ocupação da fronteira sul do Brasil, mais precisamente na região fronteira do estado do Rio Grande do Sul com o Uruguai,

Logo, isso se analisará na seção 1 deste artigo, com a caracterização e finalidades da imigração espanhola no Rio Grande do Sul, bem como suas especificidades que remontam à hipótese central deste trabalho de pesquisa.

Destarte, a metodologia empregada neste trabalho, oriundo da monografia de graduação de Uebel (2012) e pesquisas correlatas, compõe-se de análise documental e bibliográfica sobre a imigração espanhola no Rio Grande do Sul, empregando os instrumentais fornecidos especialmente sobre a ocupação dos espanhóis no estado, bem como os aportes do acordo de imigração, possibilitando as inferências sobre o possível uso da imigração espanhola como um instrumento de política de defesa nacional do território brasileiro e sul-rio-grandense. Tal metodologia segue outros padrões de análise sobre o tema, já empregados nos trabalhos de Cánovas (2007) e na própria geografia, como em Monbeig (1975).

Em termos gerais, segundo Aguiar (1991), o acordo aborda, entre outros, os seguintes pontos: migração espontânea (que dava isenção de taxas consulares e de vistos aos seus interessados); migração dirigida (através de programas governamentais visando, principalmente, o desenvolvimento econômico brasileiro com mão de obra espanhola especializada); meios de transporte utilizados; recepção, traslado e colocação; colonização agrícola; migração de religiosos; repatriação; financiamento e auxílio; seguros; formação profissional e reconhecimento de títulos e de estudos (válido até hoje, sendo que a Espanha é um dos principais destinos de pós-graduandos brasileiros); previdência social; remessa de fundos.

Na seção 2, é realizada uma breve leitura da obra e pensamento dos principais autores da história econômica brasileira e do economista Caio Prado Júnior, que inferira um caráter diferenciado e com fins não só políticos e ocupacionais da imigração espanhola no Rio Grande do Sul, mas também com finalidade militar (de defesa do território) ao afirmar que:

Empregou-se [o imigrante], sobretudo para povoar e ocupar regiões de valor estratégico que a imigração espontânea deixava ao abandono; foi o caso de alguns setores fronteiros do Brasil que a metrópole desejava ver ocupados e assim defendidos contra a concorrência. (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 183).

Prado Júnior (1994) aponta para a melhor adaptabilidade e receptividade dos territórios sul-rio-grandenses aos imigrantes europeus, tendo como fatores determinantes para isso o interesse e o estímulo dos governos locais em aumentar a produtividade da terra com mão de obra europeia; a riqueza e a prosperidade da Região Sul; e o próprio clima favorável, que Prado Júnior definiu como um "polo único de atração, no Brasil, das correntes imigratórias" (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 182).²

A citação anteriormente mencionada de Pieranti, Cardoso e Silva (2007) também será base para a seção 3 deste trabalho de investigação científica, onde se abordará a imigração como um processo (política) de defesa nacional e de securitização do Estado nacional, conforme afirma Ferreira:

[...] a migração desafia a noção de identidade nacional, composta classicamente por um povo de história, língua, religião e cultura compartilhadas. Segundo, o engajamento de grupo de imigrantes em questões políticas também pode ajudar a deteriorar as relações entre o Estado de origem e o Estado receptor. Terceiro, em muitas sociedades os imigrantes são vistos como um fardo econômico, dependentes de políticas sociais (como moradia, educação, transporte e saúde). Nesse contexto de degradação social, também podem ser encarados como criminosos ou condutores de doenças infecciosas. A securitização da imigração passou a ocupar lugar de maior destaque com a dinâmica da “guerra contra o terror” (2001). Não se pode esquecer que os participantes do ataque terrorista eram imigrantes, temporários ou ilegais. Isso serviu de justificativa para o governo norte-americano integrar seus serviços de imigração ao sistema de segurança. (FERREIRA, 2011, p. 47)

Finaliza-se o artigo com as conclusões, onde, após a construção da argumentação explicativa da hipótese fundamental deste trabalho, analisar-se-ão os resultados das comparações teóricas e referenciais com em Uebel (2012) e nos autores trabalhados durante esta pesquisa, buscando então uma compreensão diferenciada da imigração espanhola no Rio Grande do Sul no último século.

2 - O caráter da imigração espanhola no Rio Grande do Sul

A abordagem da imigração espanhola – não só em território sul-rio-grandense, mas também em toda América Latina – encontra certas dificuldades para parametrizar e catalogar, de forma historiográfica ou antropológica, os grupos de imigrantes espanhóis que aportaram por essas terras desde o século XIX, consoante aborda Weber *et al.*:

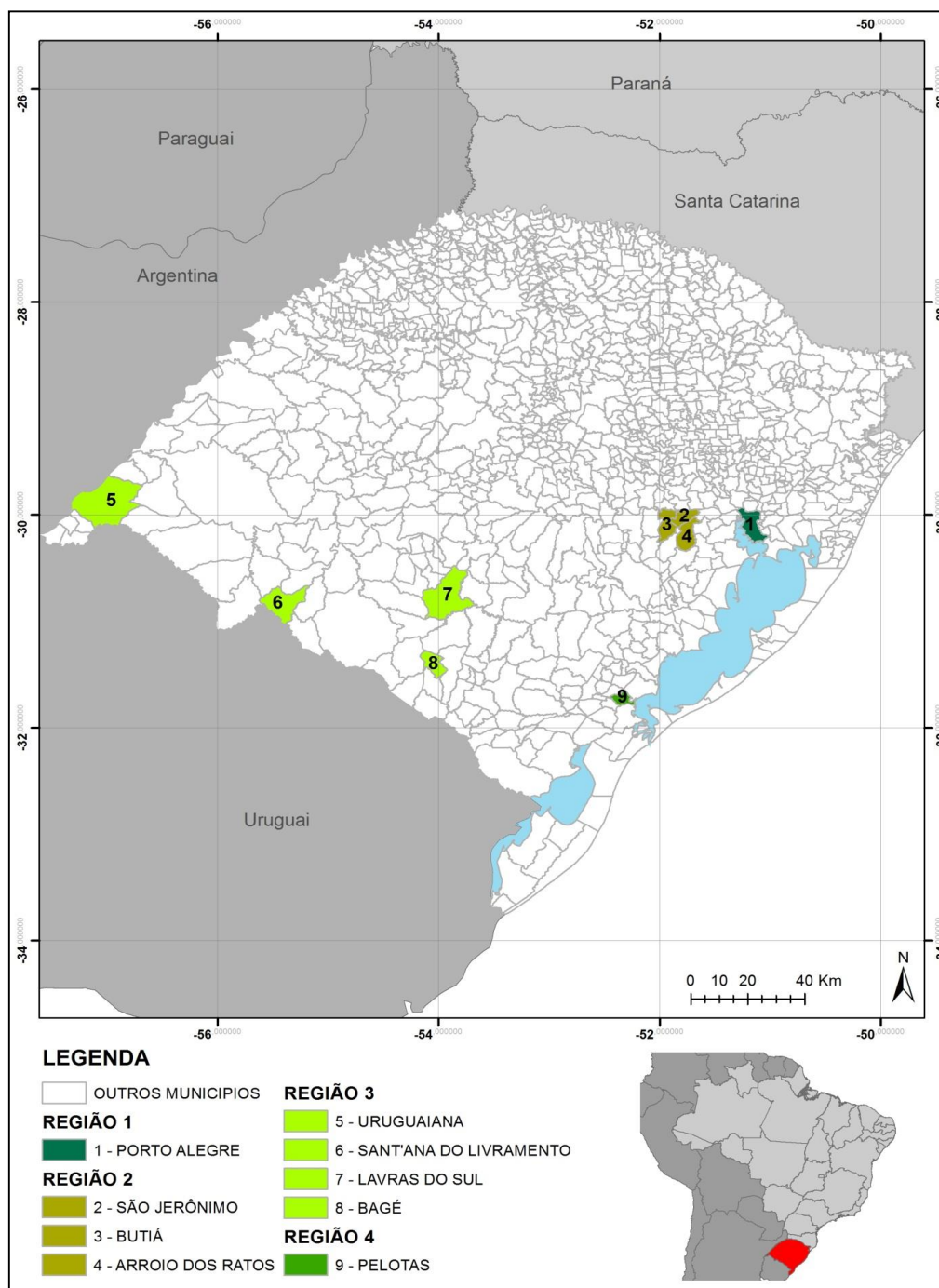
² Roche (1969), mostra que os governos provincial e imperial adotaram medidas legais como a Lei de 1848, cujas diretrizes estipulavam a concessão de 36 léguas de terras devolutas às províncias para uso exclusivo da colonização. Já a Lei de 1850, a partir da qual todas as terras passaram a ser passíveis de compra e venda, regulamentou essas terras devolutas. Para o autor, até 1870 o governo imperial intervinha diretamente na colonização do Rio Grande do Sul.

Justamente o fato de serem antigos ocupantes do território e de sentirem-se, portanto, à vontade, na sociedade regional, fez com que espanhóis, assim como os portugueses, tivessem menos necessidade de criar instituições para defender seus interesses (o número de entidades e associações criadas por descendentes de imigrantes italianos e alemães no Rio Grande do Sul é bem maior). E, por terem se incorporado à população, os espanhóis e seus descendentes também não constituíram comunidades relativamente fechadas ou “colônias”. Um outro aspecto a considerar é que a presença de imigrantes da América espanhola no Brasil, que se identificam pelo país de origem, principalmente Argentina e Uruguai, torna mais difícil aos brasileiros, devido à semelhança linguística, distinguir os imigrantes espanhóis dos americanos hispânicos. (WEBER et al., 2009, p. 1).

Nessa citação, Weber *et al.* seguem a tendência dos pesquisadores paulistas ao escreverem que os imigrantes espanhóis não formaram grupos ou comunidades da mesma forma que alemães e italianos – em sua maioria – o fizeram em todos os territórios brasileiros em que se alocaram. Por essa razão, um acordo de imigração específico com a Espanha ajudaria a povoar o vasto território da fronteira do estado do Rio Grande do Sul com o Uruguai, dada a fácil incorporação de espanhóis na sociedade gaúcho-brasileira.

Para uma melhor compreensão da distribuição geográfica dos grupos de imigrantes espanhóis no Rio Grande do Sul, é importante fazer a leitura do documento cartográfico a seguir (Figura 1), que guiará a leitura de todo este artigo científico, corroborando inclusive a hipótese deste trabalho, o qual coloca a imigração espanhola no sul do Brasil como um agente de fomento e de securitização da fronteira sul-rio-grandense com o Uruguai e, porque não, com a Argentina.

Figura 1 - Mapa de localização geográfica das quatro regiões que receberam a imigração espanhola no Rio Grande do Sul

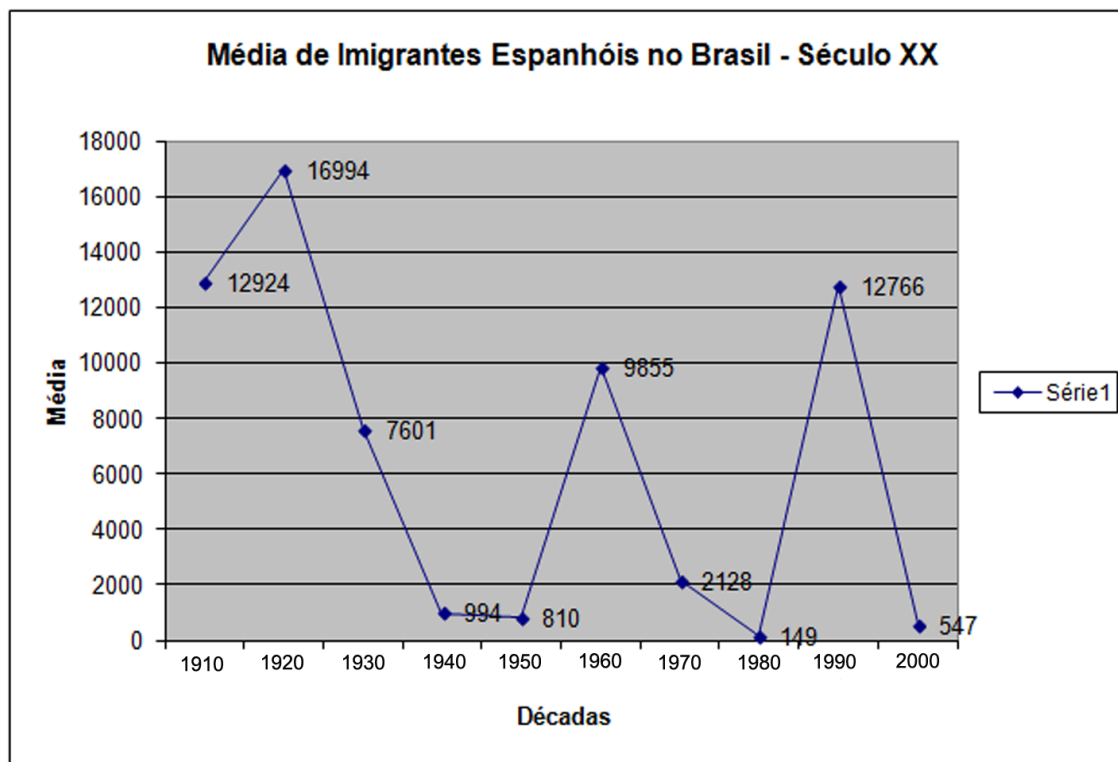


Fonte: Elaborado pelos autores.

Realizada essa consideração acerca da não instauração de coletividades de imigrantes espanhóis em seus territórios receptores, o presente artigo segue à luz da análise dos municípios em que se instalaram com primazia os grupos espanhóis no Rio Grande do Sul, caracteristicamente municipalidades fronteiriças, sendo as principais receptoras de espanhóis, segundo aponta Arroyo (1958): Porto Alegre, Pelotas, Bagé, Lavras do Sul e Santana do

Livramento. É patente notar que a média de imigrantes espanhóis no Brasil oscilava ao longo dos decênios do século XX, conforme se observa no gráfico abaixo (Figura 2):

Figura 2 – Média de imigrantes espanhóis no Brasil – século XX



Fonte: Extraído de Uebel (2012).

Em um levantamento dos imigrantes que ingressaram na Província do Rio Grande do Sul em 1891 e 1892 – menos de dez anos depois do início da imigração espanhola ao Brasil -, os espanhóis estão em terceiro lugar, seguindo os alemães e italianos, cuja porcentagem é maior que 60% (WEBER, 2010a). Todavia, pelos dados dos Censos de 1920-1960, eles ocupam a oitava posição dentre os estrangeiros, sendo superados por italianos, alemães, poloneses, russos, portugueses, uruguaios e argentinos (em posições variadas). Diante desses números, a historiografia rio-grandense argumenta que os espanhóis possuem uma visibilidade compatível com sua expressão numérica no estado (UEBEL, 2012).

A tabela apresentada a seguir relaciona dados numéricos da entrada de imigrantes no Brasil, possibilitando uma análise comparativa em relação aos imigrantes de diferentes nacionalidades. No período de 1887 a 1930, quando ocorreu a primeira leva imigratória, os espanhóis ocupavam o terceiro lugar em número de imigrantes ingressados (Tabela 1).

Tabela 1 – Principais grupos de imigrantes estrangeiros para o Rio Grande do Sul (1820-1972)

Período	Italianos	Portugueses	Espanhóis	Japoneses	Total
1820-1876	16.562	160.119	2.901	-	350.117
1877-1886	132.153	83.998	15.715	-	273.162
1887-1903	995.620	305.582	193.607	-	1.654.830
1904-1914	212.063	412.607	243.617	15.543	1.085.849
1915-1918	17.647	41.897	31.539	9.728	111.648
1919-1930	116.319	337.723	91.776	75.382	945.284
1931-1940	18.328	95.740	9.937	86.414	288.607
1941-1945	276	9.073	275	1.548	18.432
1946-1963	115.754	320.595	123.590	590.556	799.365
1964-1972	4.527	22.980	4.467	5.836	74.082
Totais					
1820-1930	1.490.364	1.341.926	579.155	100.653	4.420.890
1820-1972	1.629.249	1.790.314	717.424	248.007	5.691.376

Fonte: Corner (2005).

Não existem registros exatos quanto ao número de espanhóis que vieram por regiões nem no Brasil, nem na Espanha, mesmo porque, além da imigração subsidiada, havia a imigração espontânea e a não-autorizada. Contudo, pode-se afirmar que os motivos da imigração quase sempre estavam ligados a uma expectativa de vida melhor, com perspectivas de trabalho, conforme já citado no texto. Uebel (2012) estima que para o Rio Grande do Sul imigraram cerca de 23 mil imigrantes espanhóis durante o período de análise deste trabalho.

Portanto, poucos vieram por espírito de aventura, mas muitos ingressaram no Brasil por fatores de expulsão do contexto espanhol de então, já que o país, conforme mencionado anteriormente, encontrava-se esfacelado por duas guerras: a Guerra Civil Espanhola (1936-1939) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1946).

Citando Avelina Martinez Gallego em sua obra *Cadernos de Imigração – Espanhóis*, temos o cenário geral em que se inicia o processo de imigração espanhola com destino ao continente americano:

A Europa, em geral, passou por profundas mudanças econômicas entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX. As dificuldades a que se veem sujeitos os seres humanos em momentos de transformações profundas geram inquietudes que os levam a procurar oportunidades de vida e de sobrevivência em outras terras (GALLEGO, 1995, p. 13).

Do outro lado do Atlântico, o Brasil e seus vizinhos passam por um momento de progresso e transformações socioeconômicas em sua cultura agrícola, consoante discorrido no capítulo 2 do presente trabalho, requerendo mão de obra externa devido à expansão da economia e à

necessidade de povoar territórios vazios ou suscetíveis a transgressões fronteiriças, como se observará no capítulo destinado à imigração espanhola no Rio Grande do Sul.

As principais crises econômicas espanholas, acontecidas em meados do século XIX, situam-se entre 1857 e 1868, segundo escrevem Aguiar (1991) e Oliveira (2002), e tiveram uma profunda repercussão nos sistemas impostos pelo setor agrícola dentro da economia de mercado, caracterizados pelo predomínio do “Antigo Regime”, longo período que não permitira esboçar-se um razoável desenvolvimento industrial, que Aguiar define assim:

[...] uma relativa persistência dos meios de produção agrícolas de clara tendência conservadora, rigidamente apegados aos métodos e esquemas produtivos dos séculos precedentes, donde avultaria, ainda, um certo tom de economia agrícola de subsistência, em oposição à renovação de técnicas produtivas, quer na agricultura, quer nos demais setores da vida espanhola. (AGUIAR, 1991, p. 54).

As maiores crises econômicas enfrentadas pela Espanha na segunda metade do século XIX – período em que se inicia o forte movimento migratório ao continente descoberto por Colombo – repercutiram profundamente no setor agrícola, que tinha técnicas bastante atrasadas em relação a outros países mais adiantados da Europa. A produção espanhola estava destinada em sua maior parte ao consumo interno em decorrência da baixa produtividade, levando a Espanha a vivenciar inúmeras crises de alimentação que afetavam diretamente a população mais pobre, justificando assim o início do auge migratório ao Brasil.

Os espanhóis, que já emigravam para a América Espanhola por questões históricas, nesse contexto econômico e social foram atraídos para o Brasil, mais especificamente e, de maneira mais intensa, para São Paulo, a partir de 1885, ano em que o Estado brasileiro passa a subsidiar os gastos de transporte desde o país de origem dos imigrantes até as fazendas de café paulistas e demais territórios onde a mão de obra se fazia necessária, o que Oliveira apresenta como o “Fazer a América”:

[...] imigrar para a América era o sonho das populações pobres da Europa, nas quatro últimas décadas do século XIX, quando centenas de milhares de europeus iniciaram a aventura do Novo Continente. “No Brasil se cata ouro e pedras preciosas nos caminhos... Com um pouquinho de trabalho se enche um saco de dinheiro...” eram as informações fantasiosas que ativavam a cobiça do Velho Mundo. (OLIVEIRA, 2002, p. 26).

Os espanhóis, em virtude da situação em que se encontrava seu reino, fizeram parte dessa corrida pelo ouro. A Argentina, o Brasil e a Venezuela eram os seus países preferidos na América Latina, dada a situação belicosa em que se encontravam a Espanha e suas antigas

colônias na América do Norte. Dos espanhóis que imigraram para o Brasil, 80% permaneceram no Sudeste do país e o restante se destinou ao Rio Grande do Sul (OLIVEIRA, 2002).

Esse breve pano de fundo econômico e social indicia de maneira geral as razões da saída dos espanhóis de finais do século XIX até as três primeiras décadas do século XX. Naturalmente outras causas concorreram para a emigração dessa época; porém, a mais defendida por imigrantistas e historiadores econômicos, como Gallego (1995) e Aguiar (1991), fora a acima descrita.

Já Martinez (1990) e Santos (1993) expõem que essa etapa, a primeira da corrente imigratória espanhola ao Brasil, fora tardia em terras brasileiras, sendo inclusive a última opção dentro da América Latina:

Sin embargo, no fue solo el clima y las enfermedades tropicales lo que frenó la emigración española a este país. En concreto creemos que el hecho de ser Brasil un país desconocido para los españoles, hecho que no ocurría con el resto de las repúblicas iberoamericanas, impidió la salida de personas. (MARTINEZ, 1990, p. 341).

Em vista dos escassos antecedentes e da falta de correntes de migração estabelecidas, os motivos dessa nova orientação migratória devem ser buscados no país de destino, sobretudo na política imigratória executada pelo Brasil durante o período. Esta implicara em uma ampla propaganda no continente europeu, em geral, e na Espanha, em particular, destacando os benefícios que os trabalhadores obteriam se quisessem vir para o Brasil, entre eles a possibilidade de viajar gratuitamente, fato este que atrai ilusoriamente, até os dias atuais, brasileiros a emigrarem em busca de subempregos no continente europeu e nos Estados Unidos da América. A campanha fora tão generalizada que fontes contemporâneas destacam que na Espanha essa emigração era recomendada desde os púlpitos até às empresas expedidoras de passagens.

Essas correntes de espanhóis, tiveram três etapas básicas em seu processo de desenvolvimento, conforme escrevera Moure (1980): 1) o estabelecimento dos imigrantes nos moldes de uma agricultura de subsistência (1880-1910); 2) o desenvolvimento de atividades agrícolas e vitivinicultoras para os italianos (1910-1950), no qual a comercialização de excedentes de produção começa a especificar a área de colonização ítalo-espanhola; e 3) a instalação de cooperativas e empresas de industrialização capazes de aproveitar a produção local, gerando, a exemplo da zona colonial alemã, redefinições ao nível de mercado e nas relações de produção da pequena propriedade, como demonstrar-se-á mais adiante, se confirmando o que Prochnow (2009) escrevera sobre a inserção da imigração espanhola por etapas.

Ainda segundo Uebel (2012), a imigração anterior à década de 1960 era destinada também aos estados da Região Sudeste, porém, com intenções e ocupações distintas, vis-à-vis a produção de café ainda existente naquela região, bem como a fuga dos espanhóis do período de Guerra Civil existente na Espanha, que terminara em 1939 (VILAR, 1939).

As considerações alinhadas sobre essa imigração para o Sul do Brasil a diferenciam do contexto específico da imigração espanhola para o estado de São Paulo, ou seja, da imigração para os cafezais paulistas nas primeiras décadas do século, ainda que autores paulistas tenham partido de motivações semelhantes: a escassa visibilidade do imigrante espanhol que se destinou àquele estado, expressa em um número reduzido de investigações comparativamente aos estudos dedicados a outros contingentes migratórios.

Complementando, Arroyo fala sobre o processo de amalgamação dos imigrantes espanhóis no Rio Grande do Sul:

[...] é rápido e natural. Ainda aqui, mais acentuado e rápido quando mais jovem for o imigrante. Disso deriva um corolário: a completa ausência de quistos ou núcleos raciais espanhóis; isto apesar de marcante personalidade dos espanhóis como nação e do culto que dedicam a todas manifestações de arte e folclore da sua pátria. (ARROYO, 1958, p. 247).

Mesmo que esse processo descrito como amalgamação possa ser interpretado à luz de um sentido cultural e sociológico, é importante destacar o número de casamentos mistos registrados à época, conforme aponta Weber (2010a) em sua pesquisa.

Integração rápida à sociedade mais ampla, dispersão, mistura com a população local, alteração na grafia dos nomes, associação às instituições nativas são as ponderações de Klein (1994) sobre a imigração espanhola no Brasil, e também adaptadas ao Rio Grande do Sul: ao contrário do que ocorrera em especial com os italianos e alemães, não houve bairros tipicamente espanhóis ou dominância em vilas ou colônias, excetuando-se a cidade de Sorocaba, consoante já escrito, e uma marcada presença em cidades da fronteira sul com países hispano-americanos.

O regime ditatorial que se implantou na Espanha na década de 1940 era relativamente hostil à imigração, e o governo espanhol só vem a atuar de modo mais expressivo como um agente nas comunidades emigradas a partir dos anos 1950, quando é criado o Instituto Espanhol de Imigração, num contexto de modernização do Estado espanhol, quando uma visão tradicionalmente negativa do fenômeno migratório cede lugar a uma visão positiva (KLEIN, 1994).

O governo espanhol também passou a incentivar a criação de institutos de cultura hispânica, como o que surgiu no Rio Grande do Sul e que, desde o seu primórdio, atuou em instituições educacionais e culturais do estado, dentre elas a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Weber (2010b) argumenta ainda que existe uma hispanidade além-mar, assim como existe uma italianidade e um pan-germanismo. Território fronteiriço, destinado por vários séculos a marcar os limites entre a América portuguesa e a espanhola, tendo recebido muitas levas de imigrantes nos séculos XIX e XX e crescentes contingentes de imigrantes no final do século XX e início do século XXI, o Rio Grande do Sul, na visão dessa autora, poderia ser um ambiente para o desenvolvimento dessa representação de hispanidade.

Revedo o regionalismo, que até a contemporaneidade caracteriza a população da Espanha, os espanhóis, ao chegarem aqui, segundo Vargas (1979), assumiram obrigações de tamanha transcendência no país aonde vieram residir que chegaram a abandonar esse traço característico, o qual foi sobrepujado por qualidades como carisma, lealdade, trabalho, e respeito para com a nação que elegeram como segunda pátria, aliadas ao dever de lutar por seu progresso e bem-estar, tanto na parte cultural como na econômica e social.

É importante ressaltar nesse fragmento as características desse grupo imigrante de distintas partes do território espanhol que vieram configurar as especificidades da própria imigração ao estado do Rio Grande do Sul. Pode-se analisar, nesse sentido, de forma incipiente, que as características dessas regiões autônomas foram replicadas no território gaúcho.

Logo, esse sentimento de pertencimento e rápida inclusão e assimilação dos imigrantes espanhóis ao território e população que já habitava a fronteira Rio Grande do Sul-Uruguaiana seria um traço importante quando foi considerada a utilização desses imigrantes como agentes de povoamento, visando proteger o território brasileiro e suas fronteiras de forma “pacífica”, “maquiando” o cunho militar da imigração através do próprio pacifismo e da interação dos imigrantes no sul do país. Afinal, não haveria, sob esse ponto de vista, desconfiança dos países vizinhos, apenas uma percepção por esses Estados da ocupação daqueles territórios fronteiriços do Rio Grande do Sul – antes pouco povoados –, o que já era suficiente ao governo brasileiro.

Vargas (1979) e posteriormente Prochnow (2009) realizaram a descrição das atividades sociolaboriais desses imigrantes espanhóis que se encaminharam ao Rio Grande do Sul, sendo esses registros necessários para configurarmos nosso padrão de análise. Suas profissões, mesmo que modestas, deram grande impulso ao desenvolvimento do estado, nas mais

diversificadas áreas, notando-se assim que, além de povoarem, contribuíram à economia do estado, outra forma de afirmação da soberania de um ente ante seu território.

Na pecuária, a zona de fronteira – Bagé, Santana do Livramento e Uruguaiana – conserva, até os dias de hoje, numerosas famílias espanholas com seus descendentes. Na agricultura, muitos foram os que, nas encostas de Bento Gonçalves, se estabeleceram e prosperaram (VARGAS, 1979).

À zona carbonífera de São Jerônimo, Butiá e Arroio dos Ratos, a colônia espanhola levou o progresso, lançando as bases da prosperidade econômica e cultural da contemporaneidade. Vargas (1979) faz o registro de que essa colônia foi a responsável pela grande empresa mineral existente na região até hoje, levando consigo uma conclusão: “foi nas cidades gaúchas que a presença do espanhol se fez sentir com maior intensidade” (VARGAS, 1979, p. 28-29).

Nos registros do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil, consta que todos os imigrantes espanhóis tinham um trabalho especializado: alfaiates, carpinteiros, ourives, marmoreiros, ferreiros, barbeiros, jornalistas, gráficos comerciantes, artistas, professores, pedreiros; logo, observa-se que todos encontraram no estado um campo fértil para dar vazão à sua ânsia de prosperar.

Eles vinham da Europa, marcados por muitas diferenças sociais, econômicas e ideológicas. Por terem uma qualificação profissional, manifestam as suas ideologias e lutam pela igualdade social. Suas ideias têm grande receptividade junto à classe operária assalariada, conforme já foi abordado por Klein (1994).

No começo do século XX, movimentos grevistas começam a aparecer entre 1906 e 1917 e tornaram patente suas reivindicações na organização sindical estadual. Os espanhóis aqui no Rio Grande do Sul, confirmando a análise de Arroyo (1958), não formaram lideranças políticas nem chegaram a formar sindicatos.

Sua participação foi ativa dentro dos sindicatos nacionais brasileiros, pela experiência da atuação que traziam dos sindicatos de sua terra de origem, independentemente da região autônoma de que provinham, e mesmo pela forte ideologia do anarquismo, que contribuiria inclusive para suas especificidades econômicas, que muitos traziam dentro de si, sempre contrários às desigualdades existentes na sociedade. Vargas expõe como era a vida do imigrante espanhol recém chegado ao Rio Grande do Sul:

Seus primeiros passos foram marcados pelo trabalho duro, de sol a sol, ganhando pouco e enfrentando muitas privações. Construindo inicialmente uma pequena casa, e à medida que financeiramente prosperavam iam aumentando, criaram raízes profundas no solo gaúcho. Muitos vieram casados, outros, casaram-se aqui e tiveram muitos filhos e nesse afã, de levar adiante sua família, deram ao Estado tudo o que tinham: seu trabalho e seu esforço sem limites. (VARGAS, 1979, p. 30).

Esse cenário vai possibilitar investimentos em mão de obra nas cidades em que se instalaram, particularmente no período do último fluxo imigratório para a Capital gaúcha. Igualmente, a industrialização gerava e fortalecia o setor de serviços e de comércio, setores nos quais os depoentes da pesquisa de Prochnow (2009), assim como os imigrantes em geral, encontrarão trabalho. Além disso, tal contexto facilitava a abertura de negócios próprios, fato relatado com orgulho por alguns dos imigrantes à época.

A esse imigrante espanhol, procurou o governo dar-lhe condições de sobrevivência, com orientação sadia necessária, para que ele pudesse, conservando o carinho e a veneração pela pátria distante, sentimentos enaltecidos de todo o homem bem nascido e que em nada se opõe ao respeito e ao afeto natural para com o país de adoção, pela convivência produtiva, estabelecer vínculos e laços cada vez mais estreitos, e para que pudéssemos juntos, nacionais e estrangeiros, neste território de grande miscigenação, construir o progresso que hoje se insere o estado do Rio Grande do Sul.

Observando o mapa da Figura 1 nas páginas anteriores, tem-se que a imigração espanhola se concentrou no estado em forma de “L” invertido, tendo suas grandes colônias na região e fronteira sul e na região metropolitana na parte do Delta do Jacuí próxima à região carbonífera, incluindo a capital Porto Alegre.

É importante ressaltar que esse grupo migratório se orientara para as regiões onde os alemães e italianos não se inseriram, bem como outros grupos de imigrantes, ocupando uma área que, segundo Dacanal (1980), era o território com maior vazio demográfico da Região Sul do Brasil, indo ao encontro do que Prado Júnior escrevera sobre a imigração diferenciada no Rio Grande do Sul, com grandes fins militares e econômico-desenvolvimentistas.

Resumidamente, esse quadro fornece a perspectiva de como o desenvolvimento econômico e a expansão urbana favoreciam o emprego de imigrantes na cidade, ora mais ora menos importantes na participação do desenvolvimento industrial. Consoante apontara Diégues Júnior (1964), não faltou a participação do imigrante no desenvolvimento econômico e social inclusive de Porto Alegre, além de outras cidades gaúchas, contribuindo para a diversidade cultural da vida urbana e afirmando, novamente, o pertencimento e povoamento das regiões

que antes eram despovoadas na fronteira sul, ou seja, uma quase-política de defesa nacional, embutida de considerações econômicas, políticas e sociais.

3- O pensamento da história econômica sobre o povoamento do Rio Grande do Sul e o caso dos imigrantes espanhóis

Enquanto Furtado (2001) faz uma breve referência sobre a importância e o desenrolar inicial da imigração no território brasileiro, Caio Prado Júnior dedica um capítulo de sua obra *História Econômica do Brasil* e praticamente toda sua obra *Formação do Brasil Contemporâneo* ao tema da imigração e colonização como determinantes do desenvolvimento e formação econômica do Brasil, estando intrínseca também a questão da incipiente defesa nacional. Além de inferir os objetivos econômicos da imigração, já apontados por Furtado, Prado Júnior resgata também os seus objetivos políticos e militares.

Foi somente após a transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, que a imigração e a colonização se ampliam, adquirindo finalidade própria e exclusivamente demográfica. Após a partida do Rei Dom João VI para Portugal, segundo Prado Júnior (1994), os governos subsequentes (até a metade do século XX) continuariam a tarefa empreendida por ele; contudo, as agitações políticas do momento e as graves dificuldades financeiras enfrentadas pelos governos não ofereciam oportunidades para ações governamentais imigrantistas mais eficientes.

Aliás, faz-se importante ressaltar que o problema da imigração europeia oferecia grandes dificuldades para o Brasil até metade do século XX. Contra ela atuavam diversos fatores expostos por Prado Júnior (1994): o clima tropical desfavorável a colonos europeus; a organização social e econômica que o país oferecia; o regime político vigente, no qual, embora sob a égide mascarada de instituições parlamentares, a liberdade civil era inexistente ou praticamente cerceada em todas suas esferas para a massa da população. Havia ainda, até o fim da República Velha, restrições de ordem religiosa que punham sério embaraço à imigração dos países protestantes da Europa, justamente aqueles que forneciam então os maiores contingentes emigratórios.

Continuando, o autor estabelece que fora pensado para o Rio Grande do Sul um sistema de colonização original, com particularidades que o distinguiam nitidamente do sistema de imigração brasileiro. Como não se tratava de regiões aptas para a produção de gêneros tropicais de grande valor comercial, foi preciso, para conseguir povoadores (providência necessária por se tratar de um território visado, nas palavras do autor, pelos vizinhos descendentes da

Espanha), recorrer às camadas pobres ou médias da população ibérica e germânica. Assim, o acordo de migração anteriormente citado entre Brasil e Espanha seria a melhor opção, com a possibilidade de inserir imigrantes espanhóis justamente por sua inserção e aceitação na sociedade que então habitava o sul do Rio Grande do Sul.

Conforme Furtado também citara em sua obra, o custo do transporte seria financiado pelo governo brasileiro, sendo a instalação dos colonos cercada de toda sorte de providências para facilitar e garantir a subsistência dos povoadores: as terras a serem ocupadas eram pequenas parcelas (pois não eram destinadas às grandes lavouras tropicais) previamente demarcadas.

Há que se salientar, porém, que o processo específico de imigração no Rio Grande do Sul muito difere do ocorrido no Brasil e países vizinhos em geral,³ dadas as suas condições territoriais e climáticas, conforme aponta Prado Júnior (1994) em seu capítulo acerca da incorporação do Rio Grande do Sul e do estabelecimento da pecuária, confirmando-se assim, através do aporte de dois grandes autores clássicos na literatura econômica do Brasil, o caráter diferenciado do processo imigratório nesse estado.

Vignoli (2003) refere que se, no caso de São Paulo, os núcleos oficiais de colonização tiveram a função de atrair imigrantes a fim de aumentar a oferta de mão de obra para a economia em geral e, principalmente, fornecer braços à lavoura cafeeira, a imigração europeia no Sul do país, indiretamente, também se prestou a esses mesmos objetivos, principalmente ao último. Contudo, trata-se de um processo imigratório específico, dado que estava inserido em segundo plano no real objetivo de imigração ao Rio Grande do Sul.

Segundo Diégues Júnior (1964), o processo imigratório configura uma especialização natural do território que recebera imigrantes dos grupos nacionais não tradicionais, ou seja, não lusitanos e neerlandeses, ocorrida essencialmente através de um meio – o trabalho –, conforme descrito pelo autor:

[...] os grupos pioneiros modificaram [a paisagem regional] com o trabalho de desbravamento e penetração; mas também sobre a paisagem cultural pela incorporação de elementos próprios, muitos dos quais se tornaram integrantes do novo quadro cultural, contribuindo assim para enriquecer, na pluralidade de aspectos que hoje apresenta, o padrão cultural luso-brasileiro. (DIÉGUES JÚNIOR, 1964, p. 109).

Nesse sentido, a percepção desses autores sobre a obra e pensamento de Prado Júnior, em especial, fornece-nos mais considerações e afirmações de que o caráter de inserção e

³ Roche (1969) mostra que os novos núcleos coloniais ocorreram no Brasil após 1895 após o fim da revolução federalista.

reprodução do capital, bem como das relações sociais, seria uma subengrenagem da razão principal da promoção da imigração espanhola no Rio Grande do Sul, que era o povoamento com fins (militares ou estratégicos) de defesa.

4 - Imigração, Capital e Defesa

Deixar o seu próprio país – usando-se a terminologia correta de território – por longo tempo ou até mesmo por período indeterminado representa, em geral, uma experiência desafiadora e frequentemente traumática (ROCHA-TRINDADE, 1995) que afeta, nas palavras de Rocha-Trindade (1995), não só o emigrante, mas toda a sua família e, em um nível mais amplo, a sua cidade, região e, por fim, seu país.

Entende-se que, dentre as diversas motivações que durante séculos levaram povos a migrar para outros locais, a mais comum seja de raiz predominantemente econômica, a qual afeta os países mais pobres ou menos desenvolvidos e as classes sociais mais desfavorecidas.

Zamberlam et al. apontam e explicam os principais motivos na esfera de influência econômica que levam à migração e que afetaram os trabalhadores, ora excluindo-os, ora atraindo-os:

[...] a partir da década de 1980 o capital começa a conquistar novos mercados e a introduzir novas matérias primas através de blocos econômicos. Impõe privatizações, fusões de mega-empresas, movimentação eletrônica do dinheiro sob a forma especulativa, globalização do consumismo, restrição aos direitos trabalhistas, terceirização no processo produtivo. (ZAMBERLAM et al., 2009, p. 15).

Segundo os autores, conforme essa interpretação, atualmente existe um fenômeno intitulado de “circularidade”, presente nas migrações econômicas: trabalhadores desempregados, da economia informal, e os excluídos que, pressionados pela falta de perspectivas, buscam trabalho e condições de bem-estar mínimo onde potencialmente estas possam lhes ser fornecidas:

É um exército em contínuo movimento que inclui trabalhadores rurais (êxodo rural) e urbanos que vão para as cidades médias e regiões metropolitanas; para frentes de trabalho rurais (colheitas, de cana, grãos, frutas, fumo) ou nas construções (barragens, rodovias, hidrelétricas, portos, obras civis...); organizam-se em movimentos para ocupação de terras com vista a serem assentados: são migrações de fronteiras e migrações de retorno [com profunda motivação econômica e financeira]. (ZAMBERLAM et al., 2009, p. 18).

O poder do capital apresenta-se assim com um caráter duplo na afirmação e soberania do Estado: ele insere e afirma o Estado nas relações econômicas internacionais, mas deixa-o refém dos novos agentes internacionais, em um cenário em que as fronteiras e os territórios ganham

uma nova delimitação e em que a imigração pode ser uma nova forma de afetar a securitização do Estado.

Partindo-se do suposto de que se trata de segurança quando há uma ameaça (real ou retórica) a um objeto, de modo a justificar o uso de medidas extraordinárias para lidar com o problema, compreende-se que os movimentos populacionais podem ser inseridos nesse conceito, ou seja, as imigrações em si.

Conforme Bali (2005), de acordo com o clássico direito de soberania, os Estados possuem a jurisdição dentro de suas fronteiras, exercendo a plena autoridade em definir quem irá entrar em seu território. São operados sistemas de controle de fronteiras, com políticas de como será o ingresso no país, por quanto tempo e sob quais condições. As decisões podem ser baseadas em vários critérios, como habilidades profissionais necessárias para o desenvolvimento da economia nacional e semelhanças culturais ou étnicas com a população local, fato este que se representa facilmente na incorporação dos trabalhadores espanhóis no Rio Grande do Sul, conforme abordado nas seções anteriores.

Jean Roche (1969), ao analisar a estrutura de produção do artesanato imigrante no Rio Grande do Sul, enfatiza a inexistência de capital e conseqüente atrofamento na acumulação. As ferramentas eram simples e a mão de obra executada por um ou dois ajudantes, também do mesmo grupo migratório. Apesar de receberem salário, normalmente eram filhos ou parentes próximos do artesão. Muitos artesãos, segundo os registros de Arroyo (1958), dividiam sua produção com a agricultura em sua pequena propriedade. A separação dos meios de produção dos trabalhadores inexistia, uma vez que filhos e/ou parentes tornavam-se coproprietários da oficina artesanal.

Singer, criticando diretamente Limeira Tejo, demonstra que “a constituição de um mercado apropriado para o surgimento da indústria estava preconizada à liquidação do artesanato” (SINGER, 1977, p. 168). Não foi a indústria rio-grandense que a liquidou, pois ela só surge bem mais tarde após o início da imigração espanhola e italiana. O aniquilamento se deve, então, diretamente aos bens importados, ou seja, à concorrência da indústria estrangeira, cuja inserção se torna possível graças à ligação da economia “colonial” ao mercado nacional, o que Uebel (2011) aponta em seu artigo sobre as influências da Espanha e Holanda na formação econômica brasileira.

Entretanto, Roche (1969), não descaracterizando a importância do comércio dos imigrantes para o desenvolvimento da indústria no Rio Grande do Sul, acredita que não foi aquele que

gerou esta, mesmo porque algumas fábricas surgiram do artesanato urbano. Para o autor, os reais impulsionadores da industrialização seriam as tarifas alfandegárias protecionistas vigentes após a proclamação republicana, a abolição da escravatura, o reinício da imigração suprimindo deficiências de especialização ao trabalho, e os progressos da navegação de cabotagem.

A grande dúvida é de onde surge o capital necessário para a industrialização do Rio Grande do Sul através da mão de obra imigrante. Até mesmo Roche (1969), conforme visto anteriormente, demonstrou a inexistência de capital e a impossibilidade de acumulá-lo no artesanato imigrante. Singer (1977) enfatiza como fatores externos provocadores da industrialização o encarecimento dos produtos importados pelos imigrantes também via aumento de taxações cambiais e alfandegárias característico do governo republicano. Por outro lado, a substituição das importações por industrialização no Rio Grande do Sul não foi somente em decorrência desses fatores externos, mas também pressupõe a existência de fatores internos ao sistema produtivo imigrante: acumulação de capital comercial, demanda crescente no mercado interno consumidor, matérias-primas na fonte, energia elétrica e mão de obra especializada oferecida pelos imigrantes espanhóis e seus descendentes, corroborando a tese deste trabalho com base em Arroyo (1958).

A formação de um mercado interno gaúcho tem sua dinâmica, assim, calcada no caráter específico da imigração alemã, italiana e espanhola, confirmando-se assim a tese de Moure (1980). A produção agrícola da zona colonial, com base na pequena propriedade, marcou profundamente a formação e a potencialidade do mercado gaúcho, dotando-o de uma parcela maior de população com médio poder aquisitivo. O imigrante possuía um poder de compra bem maior do que o daqueles que, radicados em outras regiões do Brasil, se integraram à massa assalariada do campo e da cidade.

Logo, o mercado para os produtos coloniais, além do nacional, restringia-se ao norte e centro do Rio Grande do Sul ocupado pelo imigrante, sendo este originário da Polônia e Leste Europeu. Aqui surge um elemento novo para o processo de industrialização, ou seja, a pré-condição de um mercado consumidor na própria zona colonial, que fomentou a capitalização de recursos e de padrões de consumo alteráveis pela dinâmica de mercado. Nota-se assim que havia *a priori* um mercado entre os grupos imigrantes no estado, similar ao próprio mercado entre nações do continente europeu. Seria essa uma reprodução do mercado interno europeu com suas especificidades?

Moure (1980) e Reichel (1980) apontam que o capital necessário para a instalação de indústrias foi gerado não só pelas trocas realizadas dentro do próprio estado como também pelas trocas ligadas ao mercado interno brasileiro. Em um segundo plano, é importante ponderar e destacar os capitais acumulados pelos produtores da zona colonial – os colonos. Estes entregavam o capital para os comerciantes e, dessa maneira, participavam dos empreendimentos da zona urbana, ou constituíam pequenas fábricas que atendiam especificamente a sua zona de produção.

Certo está que a inserção da economia imigrante espanhola e italiana na economia rio-grandense era uma realidade histórica, uma vez que a concorrência do centro do país obrigou a indústria porto-alegrense a crescer além do mercado da zona colonial, oferecendo produtos que atendessem às necessidades e interesses do mercado estadual.

Diante do processo industrial visto acima, a economia imigrante sofreu, consoante já se abordara, grandes transformações. A mão de obra familiar e a pequena propriedade passaram a relacionar-se intimamente com o modo de produção capitalista, e as consequências deixaram pouco a desejar para o camponês inserido em uma nova sociedade, onde a capacidade de subsistência e expansão limitam-se a partir de condições não igualitárias entre ambos.

Já foi visto que a região colonial do Rio Grande do Sul, além de área inexplorada economicamente, atendia aos interesses da classe dominante pecuarista de não interferência em seus negócios. Essa delimitação espacial não só satisfiz aos pecuaristas, mas tornava os imigrantes independentes em relação ao grande proprietário. Além de isolado, o imigrante isolava-se de possível influência além daquela do governo brasileiro.

Com base no artigo de Brito (1995), observa-se que o apogeu da questão motivacional economia-migração deu-se na segunda metade do século XIX, quando as emigrações europeias tornaram-se mais relevantes. As causas estavam nas profundas mudanças pelas quais o capitalismo industrial passava, considerando-se a Segunda Revolução Industrial, um período marcado pela intensa industrialização dos países europeus e pela disputa entre eles por novos mercados consumidores e fontes de matéria-prima, originando crise econômica e instabilidade política. Nesse contexto, a migração apresentou-se como uma solução para muitas pessoas excluídas do processo de geração de capital proporcionado pela Revolução Industrial.

Mercados de trabalho competitivos e seletivos, nacionalismo e preconceitos étnicos redefiniram esse cenário e o significado das migrações internacionais para os países desenvolvidos. Se até a década de 1970 essas migrações eram necessárias economicamente e

aceitas socialmente, passaram a se constituir, no limiar da década seguinte, competitivas com a população nacional no mercado de trabalho e objeto de discriminação social e legal, modificando-se as motivações econômicas da migração.

A ideologia do *melting-pot*, uma metáfora que traduz a ideia de uma fusão entre diferentes grupos étnicos, começou assim por ser a resposta de uma minoria à imigração transatlântica. Para o Brasil, essa ideologia seria superior e necessária ao pensamento getulista de unidade nacional, cultural e étnica, criando uma pseudo-sociedade brasilianista em que os imigrantes deveriam abandonar seus idiomas e costumes, a fim de formar a pátria Brasil. Enquanto filosofia, o *melting-pot* postulava, segundo Rocha-Trindade:

[...] a assimilação dos diferentes grupos de imigrantes na sociedade e defendia que estes deveriam abandonar as suas características específicas em benefício de uma cultura comum resultante da amálgama de várias nacionalidades. (ROCHA-TRINDADE, 1995, p. 94).

Logo, no caso brasileiro, os nacionais poderiam ser de origem alemã, espanhola, francesa ou qualquer outra, mas eram acima de tudo o resultado da mistura elaborada a partir dos mais diversos contributos étnicos. Isso envolvia também o campo econômico até o fim da Segunda Guerra Mundial na sociedade brasileira: o comércio deixava de ser uma especificidade de imigrantes judeus e árabes; as padarias deixavam de ser lusitanas; a partir de então tudo seria brasilianista, ou, no sentido sociológico-econômico, brasileiro.

Sob o ponto de vista espanhol, um acordo de migração com o Brasil seria proveitoso no sentido exposto por Hernández e Le Bret:

Para muchos países europeos, la reconstrucción económica tras la crisis de posguerra se debió en gran parte a la entrada masiva de inmigrantes que procedían de otros países europeos, en concreto los menos desarrollados del sur (España, Italia y Portugal), y de países con los que se había mantenido alguna relación histórica como las excolonias en África y Asia [e o Brasil também, conforme citado mais adiante no artigo destes autores]. (HERNÁNDEZ; LEBRET, 2012, p. 83)

No que tange à questão da Segunda Guerra Mundial, Paiva resume com clareza a situação de relação entre imigração e o conflito bélico que se instaurava no planeta:

O final da Segunda Guerra Mundial produziu um ambiente favorável para que a hegemonia estadunidense incidisse sobre a questão dos deslocamentos populacionais no plano global. Da gestão dos campos de refugiados na Alemanha, Áustria, Itália e Grécia à inserção destes migrantes em várias regiões do planeta, encontramos a presença norte-americana em vários momentos desse processo. [...] A partir de 1947, a organização de campos de refugiados na Alemanha, Áustria e Itália - para a agregação de milhares de pessoas dispersas pelo continente europeu pós [sic] a Segunda Guerra Mundial - e a posterior inserção destas em diversos países, demonstrou quão complexas as formas da política internacional tenderiam a se constituir a partir da segunda metade do século XX. (PAIVA, 2008, p. 1-2).

Em meados da década de 1960, alguns acadêmicos, congênere à ponderação de Rocha-Trindade, chamaram a atenção para a persistência de desigualdades sociais fundadas no fator etnia, sendo a principal implicação econômica e social da imigração. Efetivamente e na prática, o direito à educação, à saúde, à habitação e ao trabalho não era acessível a todos os estratos da população; os níveis de rendimento, a esperança de vida e o nível de instrução variavam significativamente de grupo para grupo de imigrantes. Logo se confirmou que a raça e a religião constituíam fatores discriminatórios para determinados segmentos da população imigrante, nomeadamente para afro e hispano-americanos (ROCHA-TRINDADE, 1995).

No entanto, a forma como os autores encararam a questão do conflito – no que concerne de forma funcional às relações institucionais mas não aos próprios grupos (imigrantes e população local) – e o fato de não terem conseguido encontrar uma explicação para a não assimilação dos grupos na sociedade traduziram-se por um obstáculo à compreensão da natureza das relações de dominação e subordinação estabelecidas entre os grupos identificados, levantando dúvidas quanto à aplicabilidade do conceito de *cultura emergente* assimilada ao *melting-pot*.

Nesse ambiente cultural, político e social, a grandiosa tarefa da constituição do povo e da nacionalidade – entendida como agrupamento de indivíduos com a mesma origem ou pelo menos com uma história e tradições comuns –, verdadeiro processo de etnogênese cuja responsabilidade o Estado se auto atribuiu, vai ser concebida como um esforço para atender, simultaneamente, a três ordens de questões: a necessidade econômica (mão de obra); a necessidade eugênica; a necessidade nacional (construção de um povo nacionalmente unificado e integrado sob padrões culturais homogêneos). Um exemplo claro nos é fornecido por Ferreira sobre as dificuldades dessa incorporação na União Europeia, onde a imigração acaba causando uma intimidação às fronteiras nacionais:

Apesar de todo o discurso econômico, as práticas comunitárias operacionalizaram um intenso processo de securitização da liberdade de locomoção, tanto do ponto de vista interno quanto externo, como será visto a seguir. Nos anos que seguiram a estruturação da integração regional desenvolveu-se um pesado aparato de segurança, composto pela proliferação de agências de inteligência e segurança comunitárias. (FERREIRA, 2011, p. 30)

O conceito de incorporação é de grande importância para que se complete o quadro a respeito da imagem construída sobre o imigrante/imigrado. A postulação da necessidade de assimilar, ou incorporar, conota a existência não apenas de uma diferença, conforme aponta Vainer (1995), mas também, e sobretudo, a presença de uma resistência do imigrado a integrar-se plenamente à nacionalidade.

Surgem nesse cenário os seguintes desafios aos migrantes na esfera econômica da migração: necessidade de assumir os serviços mais aviltantes; trabalho informal ou excesso de trabalho; falta de qualificação profissional para a maioria e, para outros, apesar de possuir qualificação no país de origem, a contingência de sujeitar-se a qualquer trabalho; remessas monetárias dos migrantes ao país de origem sujeitas a altas taxas de transferência; dificuldade de gerenciamento dos ganhos seja por carência de formação ou por indefinição do local de investimento; rotatividade no trabalho.

5 - Conclusões

Ao longo das quatro seções anteriores, analisaram-se as especificidades econômicas, sociais, políticas e estratégicas de cunho militar da imigração espanhola no Rio Grande do Sul no último século, com base nos registros históricos e nas interpretações realizadas por notáveis economistas e historiadores brasileiros.

Inferiu-se a hipótese de que a comunidade espanhola no estado do Rio Grande do Sul, além de contribuir para a cultura e tradições regionais, através de seu aspecto sócio laboral, consolidou especificidades e configurou características territoriais exclusivas, dentre elas as de cunho territorial-econômico, conforme se concluiu da apresentação dos gráficos e suas respectivas análises, tendo como inferência-mor a clara divisão das regiões que acolheram a imigração espanhola no Rio Grande do Sul quanto às suas finalidades.

Por conseguinte, embasando-se no acordo de migração estabelecido com o governo espanhol em 1960 e decretado em 1964, ou seja, no intervalo de tempo entre a democracia e instauração do governo militar em Brasília, fica clara a intenção do governo brasileiro de povoar, desde já os fins do século XIX, uma região estratégica do território brasileiro. Tal região inclusive fazia

parte dos planos de segurança nacional, afim de evitar a entrada de “contrarrevolucionários” dos países vizinhos, também sob governos militares, e a saída daqueles considerados “subversivos” pelo regime militar brasileiro.

É importante destacar que, conforme a literatura da época e estudos recentes apontam (UEBEL, 2012), a imigração espanhola, ainda que tardia, conservava traços das tradicionais levas de imigrantes (alemães e italianos) do século anterior, mas trazia também uma nova consideração com fins estritamente estratégicos que se prolongariam em questões econômicas, sociais, políticas e militares/estratégicas. É possível então dizer, com base nessas argumentações, que a imigração tinha sim tais fins, o que se corrobora com o Artigo 26 do Acordo de Migração entre Brasil e Espanha:

Os programas de colonização agrícola serão realizados nas áreas do território brasileiro mais convenientes ao desenvolvimento do país e à prosperidade dos colonos espanhóis, de acordo com o plano geral de orientação de correntes migratórias e de colonização, elaborado pelo Governo brasileiro. (BRASIL, 1964).

Fica clara a intenção do governo com a imigração espanhola no sul do Brasil, comprovando-se as atividades agrícolas dos imigrantes na fronteira sul do Rio Grande do Sul, conforme se estabeleceram em Bagé, Santana do Livramento e Uruguaiana, em ligação aos interesses de defesa nacional do país, quando esse artigo diz que “serão realizados nas áreas do território brasileiro mais convenientes ao desenvolvimento do país”(BRASIL, 1964), um discurso altamente protecionista e estratégico-militar.

Finaliza-se a conclusão deste artigo comprovando-se a hipótese central que já se encontra no íterim desta pesquisa desde o seu título com a seguinte citação do Artigo 30 do já referido acordo: "Os migrantes que se destinarem a exercer atividades de colonização agrícola, sob regime de migração dirigida, deverão permanecer na zona rural por um prazo mínimo de três anos, sob pena de perderem os benefícios previstos neste Acôrd". (BRASIL, 1964).

De forma clara e simples, o governo brasileiro mostrava suas intenções e preocupações com a segurança das fronteiras nacionais ao promover, com a imigração (nesse sentido colonização) espanhola na fronteira entre Rio Grande do Sul, Argentina e Uruguai, obedecendo aos parâmetros explicativos citados aqui anteriormente, o povoamento dessa estratégica região (ao delimitar um mínimo de três anos de permanência aos imigrantes, já deixava clara a intenção de um povoamento duradouro e arraigado nos locais onde se estabeleceriam). É possível considerar o instrumento desse acordo como uma forma de política de defesa nacional com

limites, intenções e consequências bem delimitadas não só ao Rio Grande do Sul, mas ao Brasil também, consoante se expôs neste trabalho de pesquisa.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, C. **Os espanhóis no Brasil: contribuição ao estudo da imigração espanhola no Brasil**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991. 241 p.

ARROYO, A. Os espanhóis na formação e povoamento do Rio Grande do Sul. In: K. BECKER, **Enciclopédia rio-grandense**. Canoas: Regional, 1958. p. 207-252.

BALI, S. Population Movements. In: P. WILLIAMS, **Security Studies: an introduction**. Nova York: Routledge, 2005. p. 520-534.

BRASIL. Senado Federal. **Decreto n. 53.998, de 3 de julho de 1964: Acordo de Migração entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo do Estado Espanhol**.

Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Informações. Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=89079&norma=11489>>. Acesso em: 26 maio 2012.

BRITO, F. Os povos em movimento: as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. In: N. PATARRA (coord.), **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Fundo de População das Nações Unidas, 1995. p. 53-66.

BRUNET, R., FERRAS, R., THÉRY, H. Immigration. In: R. BRUNET, R. FERRAS, H. THÉRY. **Les mots de la Géographie**. Paris, Reclus - La Documentation Française, p. 271.

CÁNOVAS, M.D.K. **Imigrantes espanhóis na Paulicéia: trabalho e sociabilidade urbana, 1890-1922**. 2007. 484 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DIÉGUES JÚNIOR, M. 1964. **Imigração, urbanização e industrialização: estudo sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 2012. 373 p.

FERREIRA, L. A Securitização da Cooperação para o Controle de Fronteiras da União Européia. 2012. **Lex Humana**, 3(2): 40-58. Disponível em: <<http://seer.ucp.br/seer/index.php?journal=LexHumana&page=article&op=view&path%5B%5D=145>>. Acesso em: 28 abr. 2013.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 2001. 248 p.

GALLEGO, A.M. **Cadernos de migração: espanhóis**. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios, 1995. 62 p.

HERNÁNDEZ, B.; LEBRET, P. La cooperación europea en materia de inmigración: el caso de España y la comunidad latinoamericana. 2012. **Revista de Estudios Sociales**, 1(42): 80-92. Disponível em: <<http://res.uniandes.edu.co/view.php/765/index.php?id=765>>. Acesso em: 27 abr. 2013.

KLEIN, H. **A imigração espanhola no Brasil**. São Paulo: Sumaré, 1994. 112 p.

MARTÍNEZ, E.G. Españoles en Brasil: características generales de un fenómeno emigratorio. **Ciência e Cultura**. Campinas, ano 42, v. 5/6, p. 341-346. maio 1990.

MONBEIG, P. **O Brasil**. 5. ed. São Paulo: Difel, 1975. 133 p.

MOURE, Telmo. A inserção da economia imigrante na economia gaúcha. In: DACANAL, José Hildebrando et al. **RS: Imigração & Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. (Série Documenta, 4). cap. 4, p. 91-113.

OLIVEIRA, S.C. **Os espanhóis**. Sorocaba: TCM, 2002. 176 p.

PAIVA, O. Migrações Internacionais Pós Segunda Guerra Mundial: A influência dos EUA no controle e gestão dos deslocamentos populacionais nas décadas de 1940 a 1960. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO, XIX, São Paulo. 2008. **Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão**. São Paulo, ANPUH/SP – USP, 1:1-12. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Odair%20da%20Cruz%20paiva.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2012.

PIERANTI, O.; CARDOSO, F.; SILVA, L. Reflexões acerca da política de segurança nacional: alternativas em face das mudanças no Estado. 2007. **Revista de Administração Pública**, 1(41): 29-48. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v41n1/03.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2013.

PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994. 364 p.

PROCHNOW, L. **Memórias, narrativas e história: a imigração espanhola recente em Porto Alegre**. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009. 328 p.

REICHEL, Heloísa J. A Industrialização do RS na República Velha. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 409. (Série Documenta, 2).

ROCHA-TRINDADE, M.B. **Sociologia das migrações**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995. 410 p.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969. 2 v.

SANTOS, R.E. La evolución cuantitativa del proceso migratorio español a Iberoamérica (1890-1950) con especial referencia a Brasil. **Revista de Economía y Sociología del Trabajo**. Madrid, n. 19, p. 138-154. mar. 1993.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento Econômico e evolução urbana**. 2. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977. 377 p.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. As Influências da Espanha e Holanda na formação econômica do Brasil. 2011. **Cadernos Camilliani**, Cachoeiro do Itapemirim, v. 12, n. 1, p. 11-22.

UEBEL, R.R.G. **Impactos da Imigração Espanhola no Desenvolvimento Econômico e Territorial do Estado do Rio Grande do Sul no Século XX**. Santa Maria, Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Santa Maria, 2012. 219 p. Disponível em: <https://www.academia.edu/6310684/Impactos_da_Imigra%C3%A7%C3%A3o_Espanhola_no_Developimento_Econ%C3%B4mico_e_Territorial_do_Estado_do_Rio_Grande_do_Sul_no_S%C3%A9culo_XX>. Acesso em: 10 out. 2015.

VAINER, C.B. Estado e migração no Brasil: da imigração à emigração. In: N. PATARRA, Neide Lopes. **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. Campinas:FNUAP, 1995. p. 44.

VARGAS, I.G. **História da sociedade espanhola de socorros mútuos de Porto Alegre**. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1979. 448 p.

VIGNOLI, F. A Imigração e a formação do mercado de trabalho. In: J. REGO; R.M. MARQUES. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 112-134.

VILAR, Pierre. **A guerra da Espanha, 1936-1939**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 110 p.

WEBER, R. et al. 2009. **Pesquisas sobre a imigração espanhola no Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/nph/arquivos/Pesquisas%20sobre%20a%20imigra%C3%A7%C3%A3o%20espanhola%20no%20Rio%20Grande%20do%20Sul.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2012.

WEBER, R. Manifestações identitárias de imigrantes espanhóis no Sul do Brasil. In: I.L. MARTINS; A. HECKER. **E/imigrações: histórias, culturas, trajetórias**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2010a. p. 133-150.

WEBER, R. **Galegos no sul do Brasil: alternativas na América**. 2010b. Anos 90, 17(31): 83-109.

ZAMBERLAM, J. et al. **Desafios das migrações: buscando caminhos**. Porto Alegre:Sólidus, 2009. 84 p.